

CORREIO DE CAMPINAS



Brito, Snoopy, Brandalise e Alves durante a entrega

Hospital que trata câncer infantil recebe meio milhão

Uma rede de Hortifruti, que dispõe de 74 lojas distribuídas em São Paulo, Brasília e Goiânia, destinou R\$ 550 mil ao Centro Infantil Boldrini - hospital de Campinas (SP) especializado no tratamento de cânceres infantojuvenis. O valor é fruto da Campanha Selos de Desconto Especial Snoopy, que distribuiu 15 milhões de selos, 496 mil clientes e resultou em 217 mil trocas por colecionáveis. A doação ocorreu na brinquedoteca do Boldrini

com a participação das crianças. “Cerca de 55% da nossa receita vem de doações. Ações como essa são verdadeiras dádivas e fundamentais para continuarmos salvando vidas e garantindo um futuro melhor para nossas crianças”, declarou a presidente do hospital, dra. Sílvia Brandalise. Para o CEO da rede Oba Hortifruti, Alex Brito, “foi muito especial poder participar dessa campanha e, ao mesmo tempo, contribuir para salvar vidas”.

Câmara discute metanol na RMC

A Câmara Municipal de Campinas (SP) discutirá nesta quarta-feira (5), às 16h, os riscos e impactos de bebidas alteradas, como o metanol, para a região metropolitana. “O tema é de extrema relevância para a saúde pública, segurança e desenvolvimento regional”, afirma o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP). A lei que

aprimora a notificação dos casos de intoxicação por metanol na cidade foi publicada no Diário Oficial do município esta semana. O prazo para que os serviços de saúde públicos e privados comuniquem a Secretaria de Saúde diminuiu de sete dias para 24 horas, iniciando a partir do atendimento ao paciente.

Carlos Bassan/ Prefeitura de Campinas



Ceasa Campinas

Ceasa Campinas participa de ação nacional contra fome

A Ceasa Campinas (SP) participou do lançamento do guia “Ceasa Desperdício Zero”, promovido pelo Pacto Contra a Fome, que visa incentivar centrais de abastecimento a reduzir perdas e transformar os excedentes alimentícios em ações de sustentabilidade e segurança alimentar. Na cidade de Campinas, garante o aproveitamento integral dos alimentos porque hortifrutis em boas condições são destinados a pessoas em situação de

vulnerabilidade; produtos impróprios para humanos viram ração animal; e as sobras sem aproveitamento são usadas na produção de fertilizante orgânico na Usina Verde. Entre janeiro e julho deste ano, o programa processou mais de 1.900 toneladas, beneficiando mais de 736 mil pessoas. As práticas descritas no guia já são realidade há 41 anos em Campinas por meio do Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA).

Desafio com ultraprocessados

A gestora geral do ISA, Maria Carolina Loureiro Becaro, pontua: “o lançamento do guia ‘Ceasa Desperdício Zero’ reforça uma política que em Campinas já é viva, pulsante e coletiva. Trabalhamos para transformar excedentes em nutrição, perdas em dignidade e o ato de doar em uma política pública de futuro”. O ministro do Desenvolvi-

mento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, destaca que o Brasil saiu do mapa da fome, mas ainda há desafios a enfrentar. “Nós temos que alimentar adequadamente a população brasileira, combatendo a insegurança alimentar leve, quando as pessoas por condições financeiras trocam alimentos saudáveis por ultraprocessados”.

Orçamento cresce, mas verba para habitação cai

Recursos para a Secretaria de Cultura também foram cortados

Prefeitura de Campinas



Palácio dos Jequitibás, sede do Poder Executivo campinense - quem propôs o orçamento

Por Raquel Valli e Moara Semeghini

A previsão da Prefeitura de Campinas (SP) para o orçamento de 2026 é de R\$ 11,725 bilhões, um crescimento de R\$ 925 milhões, cerca de 8,5% a mais em relação ao aprovado para este ano, que foi de R\$ 10,8 bilhões. Dos 11,725 bilhões, R\$ 9,758 bilhões serão destinados à prefeitura. Entretanto, nem todos os setores da administração municipal serão beneficiados.

O maior corte, em valor absoluto, é para Encargos Gerais do Município, que serve, entre outros aspectos, para pagar a dívida pública e precatórios. O orçamento para isso previsto é de R\$ 1,268 bilhão, redução de aproximadamente R\$ 142 milhões (-10,07%).

Entretanto, para o vereador Luis Yabiku (Republicanos), vice-líder do governo na Câmara, a redução reflete responsabilidade fiscal, devido à menor necessidade de provisão para precatórios e encargos. “Significa que estamos finalizando passivos que pesavam sobre o orçamento. É uma excelente notícia para os cofres públicos”.

Habitação e Esporte

O segundo maior corte em valores absolutos é da Secretaria de Habitação, para quem serão destinados R\$ 54,3 milhões, uma queda de cerca de R\$ 5,7 milhões (-9,50%).

Na sequência, a maior perda é da Secretaria de Esporte e Lazer, que terá o orçamento de R\$ 77,3 milhões reduzido em aproximadamente R\$ 6,7 milhões (-7,98%).

Já o quarto maior corte é para a Secretaria de Justiça, que terá R\$ 83 milhões, cerca de R\$ 7 milhões a menos (-7,78%) em recursos.

Cultura e Turismo

Por fim, a Secretaria de Cultura e Turismo terá o montante de R\$ 101,2 milhões, uma redução estimada em R\$ 6,8 milhões (-6,30%).

“Nesses últimos anos, a cultura acaba sobrevivendo das emendas impositivas. E isso é muito ruim, porque isso tira o papel, que deveria ser da Secretaria de Cultura e Turismo, que, mais do que shows, espetáculos e eventos, deveria propor uma política cultural que pudesse fortalecer os equipamentos, como o Museu da Imagem do Som”, declara o vereador Wagner Romão (PT).

Os valores de 2026 são previsões contidas no Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA), que foi encaminhado à Câmara Municipal, e estabelece as receitas e fixa as despesas para a administração municipal

em 2026, podendo sofrer alterações até a aprovação final dos vereadores e sanção do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP).

Análise

O PLOA segue agora para análise e votação na Câmara, quando os vereadores terão a oportunidade de apresentar emendas, buscando reverter ou redistribuir os recursos, caso desejem fazê-lo. O orçamento prevê ainda R\$ 113,8 milhões para emendas impositivas dos vereadores, a serem aplicadas conforme indicações dos próprios parlamentares.

Além de cortes, a oposição se preocupa com as verbas ínfimas

O vereador Wagner Romão (PT-SP) classifica como “muito estranha” a maneira como os temas ambientais estão organizados pela prefeitura, referindo-se ao fato da secretaria que corta árvores (Serviços Públicos) ter verba superior à que defende o verde (Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade).

Segundo o parlamentar, a gestão de resíduos sólidos, que também é atribuída à Secretaria de Serviços Públicos, deveria ser imediatamente transferida à secretaria ambiental. “É muito ruim que a gente tenha uma secretaria importante como essa, que tem técnicos competentes, com tão pouco recurso num momento de emergência climática,” declarou.

Serviços Públicos é a terceira pasta com o maior orçamento em Campinas, atrás apenas de Educação e de Saúde.

Para a Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade (Seclimas), foram aprovados R\$ 33.613 milhões em 2025 e propostos R\$ 36.800



Vereador Wagner Romão (PT-SP): estranhamento

milhões, aumento nominal de R\$ 3.186 milhões.

Yabiku (Republicanos) sustenta, entretanto, que as reduções “são necessárias para financiar os grandes investimentos estruturantes que Campinas precisa. Não é um orçamento que recua; é um orçamento estrategicamente redirecionado

para onde gera mais valor para a população”. Ainda de acordo com o parlamentar, “o governo tem mostrado responsabilidade fiscal ao reduzir encargos extraordinários e otimizar despesas administrativas, justamente para liberar recursos e investir em educação, saúde, infraestrutura e saneamento — pilares do

desenvolvimento municipal”.

Saúde e Educação

Os maiores montante do orçamento são: Educação, com R\$ 2,64 bilhões, e Saúde, com R\$ 2,36 bilhões, totalizando R\$ 4,6 bilhões. As pastas contam com índices mínimos previstos por lei, que são 25% do orçamento para Educação (Art. 212 da Constituição Federal) e 15% para Saúde (Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, regulamentado pela Lei Complementar n.º 141/2012).

Segundo informações do secretário de Finanças, Aurílio Sérgio Costa Caiado, apresentadas na terça-feira (4) em audiência na Câmara, o orçamento da Saúde prevê a construção e ampliação de nove unidades de atenção básica, a criação de três unidades de especialidades e a reforma da unidade administrativa da pasta. Já para Educação, a construção de uma escola de tempo integral e reformas em centros de educação infantil.

PL proíbe verba a show pró-crime

Por Raquel Valli

Um projeto de lei protocolado na Câmara Municipal de Campinas quer proibir o uso de recursos públicos municipais para contratação, patrocínio ou fomento de eventos, shows e apresentações artísticas que façam apologia ao crime, que sejam feitos por artistas que tenham condenação criminal em segunda instância e por inadimplentes de pensão alimentícia.

De acordo com o documento, o objetivo é impedir o uso de recursos do contribuinte em

atividades que possam incentivar condutas criminosas, glorificar a violência ou desrespeitar decisões judiciais. Propõe garantir que o dinheiro público promova o respeito à lei e não seja conivente com práticas que atentem contra a ordem pública e a ética social.

O projeto é de autoria do vereador Marcelo Silva (PP), foi protocolado na Câmara e, para virar lei, precisa ser aprovado em duas discussões no Plenário e na sequência sancionado pelo prefeito Dário Saadi (Republicanos).

“Não se trata de impedir a livre manifestação cultural, mas de garantir que o dinheiro público seja investido em ações que promovam valores positivos e respeito à lei. O poder público não pode ser conivente com práticas que atentem contra a ordem pública e a ética social”, afirma o parlamentar.

O cumprimento será verificado pela exigência de certidões e declarações formais. No caso de descumprimento, prevê as seguintes sanções: ressarcimento dos recursos recebidos e a proibição de receber novas

verbas por 5 anos.

Simulação sexual

Em abril do ano passado, um show realizado na Praça Durval Pattaro, em Barão Geraldo, distrito de Campinas, gerou reclamação de moradores ao apresentar cenas de nudez e simulação de sexo no palco.

A polêmica levou à abertura de uma Comissão Processante (CP) na Câmara, levando a prefeitura a implantar uma portaria de “Classificação Indicativa” para atividades culturais na cidade.